

CONFERÊNCIA BRASILEIRA
DE MUDANÇA DO CLIMA

POR UMA GOVERNANÇA CLIMÁTICA INCLUSIVA, JUSTA E COMPARTILHADA

Recomendações da CBMC para o Plano Clima

A Conferência Brasileira de Mudança do Clima (CBMC) se consolida, em sua quinta edição, como um movimento expressivo da mobilização da sociedade brasileira frente à crise climática, ecológica e social. Promovida pela sociedade civil, em parceria com atores governamentais, academia e setor privado, a CBMC acumula marcos em sua trajetória.

Fundada em 2019, em resposta a desestruturação das salvaguardas socioambientais, expressa pelo cancelamento da realização da 25ª Conferência das Partes no Brasil e desarticulação do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), passou a pautar uma concertação subnacional. O estabelecimento e fortalecimento de uma nova governança climática se tornou expoente neste período, como tentativa de ampliar a articulação multissetorial, e, assim, promover demonstração da firme posição brasileira em torno do Acordo de Paris.

A ampliação da participação social na construção e tomada de decisão se configura como uma opção metodológica de tentativa de compartilhamento da responsabilidade no enfrentamento à crise climática. A escalada dos eventos climáticos extremos, o tensionamento dos limites ecológicos e os impactos adversos mais intensos e progressivos nas diferentes populações indicam a necessidade de priorização da agenda. Percebe-se com a acentuação do tom da comunicação e nos slogans das últimas três Conferências das Partes (COPs), por exemplo. Em 2019, a mensagem chave orbitava a “chamada para ação”, enquanto em 2021 passou-se para “ação já” e em 2022 “juntos pela implementação”, em uma clara afirmativa da importância da ampliação do escopo de atores para o endereçamento efetivo da crise climática.

Em âmbito da negociação internacional do Acordo de Paris, o chamado Global Stocktake,

ou em português, o Balanço Global, formaliza a tentativa das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) de ampliar institucionalmente o grupo de atores envolvidos no processo de monitoramento, relato e verificação de compromissos climáticos. Desde a sua adoção, o Acordo de Paris impulsionou ações quase universais, estabelecendo metas e enviando sinais ao mundo sobre a urgência de responder à crise climática. No entanto, para fortalecer a resposta global, ações críveis, responsáveis e transparentes dos interessados Não-Partes (NPS, na sigla em inglês) são necessárias. Aqui, estamos falando de agências especializadas, bancos de fomento, empresas, fundos de investimento, governos subnacionais, organizações da sociedade civil e demais organismos internacionais.

A ampliação do escopo de atores envolvidos não para por aí. O ano de 2023 marca a retomada da ação climática a nível federal e, com isso, absorve esta metodologia do compartilhamento das diferentes responsabilidades entre os diversos atores. O restabelecimento do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), soma esforços neste caminho. Compõem o CIM dezoito ministérios e entidades representativas da sociedade civil e academia. O Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), também retoma suas atividades com uma governança integrada entre regiões, biomas e União. São diversos os exemplos de tentativas de articulação multissetorial e um redesenho de uma governança que seja inclusiva, diversa e legítima em suas reivindicações territoriais e, consequentemente, nacionais e internacionais.

Neste cenário diverso e promissor, a CBMC apresenta um acúmulo de conhecimento e repertório na discussão sobre compartilhamento e cascateamento local de compromissos assumidos a nível internacional, bem como a informação sobre a construção de um arcabouço

técnico e regulatório que considere as necessidades e especificidades regionais e territoriais. A CBMC nestes cinco anos foi palco de diversos momentos relevantes, dentre eles, enfatizamos o lançamento da [Declaração do Recife](#) (2019), da [Carta](#) dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente pelo Clima da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA (2019) e o [Decreto](#) de Emergência Climática pela cidade do Recife (2019).

Em 2020 e 2021 a CBMC enfrentou o desafio da pandemia com atividades 100% remotas e com foco temático nas alianças entre clima, sociedade e biodiversidade; em 2022 retomou os encontros presenciais com foco nas experiências e vivências territoriais, lançando as “Diretrizes para a Ação e Ambição Climática” que propõe quinze medidas emergenciais direcionadas aos candidatos e candidatas elegíveis para governos subnacionais, deputados(as) e governadores(as) para garantia da perenidade e transversalidade da agenda climática¹.

Assim chegamos em 2023, com a oportunidade de apoiar e participar ativamente da construção de novas políticas públicas, da revisão das metas brasileiras de descarbonização e pautar a intrínseca associação entre a agenda de clima, biodiversidade e justiça social. A retomada da ação climática trouxe consigo o retorno do protagonismo brasileiro ao cenário internacional. Vislumbramos a realização da COP30 em 2025 em Belém-PA e, com isso, percebemos a oportunidade de fazer avançar boas práticas climáticas, sociais e ambientais em termos de uma governança multissetorial, multinível e multivocal.

Entendemos que o desafio apresentado pela mudança do clima impõe a necessidade de compartilhamento dos compromissos e responsabilidades. A proposta de revisão das atuais Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) para um novo, e compósito, Plano Clima, se torna um marco essencial para a retomada da ação climática brasileira.

O Plano Clima, portanto, passa a ser um instrumento fundamental para consensuar e coordenar as políticas públicas voltadas para o clima. Compreendemos o novo Plano Clima como uma ação nacional, não apenas federal, que demonstra a necessidade de engajamento dos diferentes atores sociais em seu processo de construção e em espaços formais de participação social, tais como o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) e o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM). Porém, para garantir sua efetivação, o Plano deverá apresentar uma aliança sólida entre os demais entes federados, entre os diferentes setores sociais e econômicos e deve garantir a pluralidade de vozes e de atores, considerando grupos tradicionalmente marginalizados, e trazendo o protagonismo de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades locais e minorias étnicas.

Neste sentido, o produto aqui proposto pelo conjunto de organizações correalizadoras da 5ª CBMC visa integrar os processos de tomada de decisão do novo Plano Clima a fim de promover uma governança climática multissetorial, multinível, justa e inclusiva. **Este documento propõe eixos temáticos e valores que venham a estruturar o novo Plano Clima. E mais, o conjunto de organizações da CBMC seguirá atentando para informar sobre a distribuição de responsabilidades entre os diferentes atores sociais para a garantia de implementação do Plano, em parceria com governos subnacionais, sociedade civil, empresas e academia.**

Assim, as organizações correalizadoras, parceiras e apoiadoras da 5ª Conferência Brasileira de Mudança do Clima sugerem como diretrizes para a formulação do novo Plano Clima, os seguintes eixos e recomendações: **1. Sobre Justiça Climática, Direitos Humanos e Combate ao Racismo Ambiental, 2. Engajamento e participação social para a implementação, 3. Por uma aliança entre Clima e Sociobiodiversidade.**

1. Ver climabrasil.org.br.